

Santa Cruz realiza ato hoje pedindo emancipação

Roberto Moscozo

A Associação de Moradores promove hoje em Santa Cruz um ato público com o objetivo de pressionar a Assembléia Legislativa a aprovar o processo que pede a transformação do distrito em município, separando-se de Aracruz. A passeata vai sair da praça de Santa Cruz, às 15 horas, atravessando de balsa o rio Piraqueçu, terminando com uma manifestação em frente à casa do prefeito Primo Bitti, em Putiri.

Desde já os simpatizantes do movimento pela emancipação têm um inimigo pesado, além de Bitti: é o presidente da Assembléia Legislativa, Dilton Lyrio Netto, que extrai alguns votos de Aracruz e não concorda com o desmembramento, porque, segundo afirma, sua obrigação é "zelar pelo que é bom para o povo".

Atendendo à lei

O abaixo-assinado dos moradores pedindo a emancipação, conforme os líderes do movimento, está na Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa. Entretanto, há dez dias ele não estava no rol dos vários processos de emancipação que, após protocolados, "sobem" para a comissão. É provável que tenha errado de escada.

Os líderes do movimento — Sandro Faustino dos Santos, da Associação dos Moradores; José Maria Coutinho e Edilson Azeredo, ex-presidente da Associação Comunitária de Barra do Riacho, e o presidente do Sindicato dos Bancários, João Amorim Coutinho — acreditam que a região contém todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar Número 1, que rege a criação de municípios.

No abaixo-assinado estão as informações necessárias que serão cheçadas pela Comissão de Justiça através de pedidos de informações ao IBGE, Secretaria da Fazenda e Tribunal Regional Eleitoral. A lei complementar exige um mínimo de 10 mil habitantes ou de cinco milésimos da população do Estado para a constituição de um novo município.

No conjunto, Santa Cruz, Barra do Riacho, Vila do Riacho, Barra do Sahi, Coqueiral, Santa Rosa e outras localidades chegam a 20 mil habitantes. Quanto ao eleitorado, a exigência é de que seja de 10 por cento do atual eleitorado municipal. A região, com 5.667 eleitores, chega a 28,8 por cento desse total, que é de 19.643 votantes.

A lei exige um centro urbano constituído de 200 casas e a localidade, hoje, conta com mais de mil. A arrecadação exigida é de cinco milésimos da receita estadual de impostos e a Orla — onde está sediada a Aracruz Celulose — tem dez por cento da arrecadação do Estado e cerca de 50 por cento da arrecadação de Aracruz.

Ao ser criado, o novo município não pode prejudicar o de origem. As lideranças do movimento dizem que isso não vai ocorrer porque a maioria dos funcionários da Aracruz reside na atual sede do município, assim como funcionários de empreiteiras. Existe, ainda, a renda de pequenas indústrias e da agropecuária local, que ficaria em Aracruz, assim como parte do ICM e ISS da Aracruz e suas subsidiárias.

Movimento

O movimento pela criação do novo município começou este ano e hoje tem seu maior reduto em Barra do Riacho, um tranqüilo lugarejo, que pretende ser a sede, com cerca de 4.800 habitantes. Além de tranqüilo, o lugar parece ser extremamente religioso: tem uma Igreja Católica, uma Maranata, um templo Batista, duas Assembléias de Deus, uma Igreja Adventista e outra da linha Deus é Amor, além de um centro espírita, com várias encruzilhadas à sua disposição.

A localidade abriga a sede da Aracruz Celulose, a Portocel, uma colônia de pescadores com mais de cem barcos, duas empresas de ônibus, táxis, um dormitório, um restaurante e nenhuma agência bancária. O pequeno cemitério local traz, pregada numa jaqueira, uma placa advertindo: "É proibido jogar bicho morto". Questão de superlotação.

O Bar Rocha é uma espécie de centro político local. Aimer, um dos Rocha do bar, é totalmente a favor da criação do novo município, lembrando que o movimento de emancipação "veio de Santa Cruz". Para ele, com o novo município, "a situação vai melhorar porque, atualmente, vivemos esquecidos da administração de Aracruz, da qual só recebemos promessas".

Para Aguilardo Borges, frequentador do Bar, com a transformação "não tem condições de piorar. E nossa fonte de renda seria a fábrica, que está dentro de nosso distrito". Com ele também concorda João Alberto Oliveira Duarte, discotecário da boate que fica em cima do Bar do Rocha.

João tem uma ressalva: para ele, Barra do Riacho "parece uma Beirut, com esse monte de Igrejas. Uma vive atirando pedra na outra". Na sua opinião, "enquanto houver esse monte de igrejas e esse monte de partidos, nada aqui vai para a frente, porque não existe consenso".

Cético, ele garante que "é por esse motivo que estamos esquecidos da prefeitura. Não reivindicamos nada em conjunto. Temos carência de água e esgoto e a única obra que surgiu aqui nos últimos dez anos foi um campo de futebol".

Processo elaborado

É no Bar do Rocha que o assessor jurídico da Associação Comunitária de Barra do Riacho, Nelson Louzada Campos, dá sua entrevista: "O processo que está na Assembléia é muito bem elaborado e atende a todas as exigências da lei" — garante ele — ressaltando que "o povo ainda não está bem conscientizado do que vem a ser a emancipação da Orla".

A Orla, de onde vai sair o novo município, compreende Santa Cruz, Barra do Riacho, Vila do Riacho, Barra do Sahi e localidades menores. Para Nelson Louzada, Barra do Riacho é o local que "tem mais condições para ser a sede do novo município. Agora, estamos precisando de um maior apoio dos deputados durante a tramitação do processo na Assembléia Legislativa".

O tesoureiro da Associação, Cristóvão Rocha, é cauteloso. Segundo ele, "o movimento veio de fora da Associação, partindo de um nosso associado, o professor da Ufes José Maria Coutinho. Nesse caso, a posição da Associação é



Uma estrada de terra leva a Barra do Riacho, uma localidade tranqüila do distrito de Aracruz, que pode ser a sede do município



Vila do Riacho (foto), Santa Cruz, Barra do Riacho, Barra do Sahi, Coqueiral e Santa Rosa têm cerca de 20 mil habitantes

Índios tupiniquins não apóiam movimento



Sizenando: vida nova

Se depender dos tupiniquins de Caieiras Velha, a emancipação de Santa Cruz e Barra do Riacho vai ser rejeitada. Pelo menos esta é a opinião do ex-cacique — o atual chama-se Otaciano — José Sizenando, eventual porta-voz da comunidade indígena local. Ocorre que a maioria dos tupiniquins da reserva, sob a tutela do Estado, não vota.

Sizenando, que ficou conhecido no início da década pela luta travada por ele e por seu pai — também um ex-cacique conhecido, da mesma forma, pelo nome de Sizenando — contra a Aracruz Celulose, que resultou na demarcação das terras da reserva, afirma que chegou a essa conclusão após ouvir alguns tupiniquins.

Se houver o desmembramento de Aracruz, como pretendem os habitantes da orla, Caieiras Velha vai ficar dentro do novo município. Sizenando, no entanto, acha que "não vai ser vantagem; aqui todo mundo já está conformado com o município de Aracruz".

Ao contrário dos habitantes de Barra do Riacho e Santa Cruz, Sizenando afirma que "a prefeitura nos dá bastante apoio. O Irajá, por exemplo, é um bairro novo e já tem iluminação". Ocorre que a iluminação não foi estendida pela prefeitura.

O ex-cacique recorda que, antes, "Aracruz tinha uma verba que mal dava para manter o município. Hoje em dia, dá". Simples em seu raciocínio, Sizenando pensa que, se for formado um novo município, "ele vai demorar um tempo para chegar a ser como está hoje, com muita gente da prefeitura vindo para limpar a aldeia". Segundo ele, entre o Irajá I e Caieiras, habitam 106 famílias e "a maioria da turma não concorda; quer mesmo ficar com Aracruz".

Sizenando, hoje, está de vida nova. Há dez meses casou-se com uma branca simpática, a Isabel, generosa no cafezinho para as visitas. Mora no Irajá — que não faz parte da reserva; é o local para onde foram transferidos os posseiros que habitavam a região — há quatro meses, onde construiu uma casa de madeira com a ajuda de amigos, em oito dias.

Trabalho diferente — Sizenando é vendedor de confecções — usa relógio, tem um fusquinha branco fabricado em 81 e assiste a *Jornal Nacional* num TV a cores. Na sala, há um poster de São Jorge. Acha natural. "Nós somos índios, mas estamos dentro da civilização", analisa.

E estão mesmo. Do lado da reserva está a Aracruz, que hoje não é mais inimiga daqueles que foram os donos originais de toda a região. "A Aracruz, hoje, até ajuda a nossa comunidade. Se quebrar um trator, nós falamos com o dr. Ezídio e ele manda consertar", explicou Sizenando.



Aguilardo: "Não pode piorar" João Alberto: "Parece Beirut" Edilson: advertências a Dilton Valdir: muitas reivindicações

neutra, mas, essa idéia da emancipação, todo mundo apóia".

Sem política

O presidente da Associação Comunitária, Valdir Vieira, também fala com cautela. Antes, pede um tempo para pentear o cabelo para sair bem-apegoado na fotografia, para a qual faz pose de acadêmico de Direito. Feita a foto, Vieira explica que a Associação "apóia o movimento de José Maria, mas não se envolve na questão política".

E confirma que um dos principais motivos para a emancipação é o abandono de Barra do Riacho. "Hoje (quarta-feira) fomos ao prefeito cobrar reivindicações antigas, todas atrasadas. Nós temos o setor principal da produção mas todos os benefícios vindos da arrecadação de impostos acabam sendo aplicados em obras na sede de Aracruz".

E mostra uma lista imensa de reivindicações de obras, posto bancário — hoje, até para se pa-

gar uma conta de luz tem de se ir a Aracruz, a 28 quilômetros de distância —, posto médico e ambulância. A maior das reivindicações, por incrível que pareça, é a escritura definitiva das casas da região que, mais incrível ainda, estão sendo providenciadas pela Aracruz Celulose.

É que Barra do Riacho, quando vila, ficava localizada dentro de uma fazenda. Apesar da vila permanecer, as terras foram mudando de dono até se tornarem propriedade da Aracruz Celulose, quando de sua implantação. Hoje as escrituras estão sendo negociadas com Leopoldo Brandão, diretor da Aracruz, que está providenciando a doação da área.

Perdendo eleitor

Também liderando o movimento pela emancipação, o ex-presidente da Associação, Edilson Azeredo, é menos retraído quando fala sobre o assunto. Começando por Dilton Lyrio, ele afirma que "se continuar sendo contrário à nossa idéia, ele vai perder de 30 a 40 por cento de seu eleitorado na região. Aliás, não sabemos por que

é a favor da emancipação de João Neiva, da qual sempre discordou, é contra a nossa".

Ele lembra que o ex-prefeito e atualmente deputado Heraldo Musso, espertamente, "não é contra nem a favor. Não existe mesmo motivo para alguém ser contra nosso movimento, cuja origem é o abandono total da Orla". E destaca o fato de que Barra do Sahi, apesar de ser um balneario e só ter movimento durante o verão, "é um lugar todo cuidado, porque o prefeito Primo Bitti tem por lá boa parte de seu patrimônio, em loteamentos".

Escaldado, Azeredo já foi interpelado judicialmente pelo prefeito, que, criticado, pediu retratação na Justiça. Azeredo ainda foi chamado por três vezes à delegacia para falar sobre queixas dadas por "pessoas instadas pelo Primo".

Ele considera que "o povo daqui não acha estranha a posição do prefeito contra nosso movimento, já que ele nos abandonou. Sua influência, nesta altura do campeonato, é nula, até porque, quando ele passa em Barra do Riacho, não é mais considerado prefeito e sim visita".

Sede já provoca divergências

Ainda no começo da aspiração de se transformar um novo município a orla marítima de Aracruz já se vê diante de uma divergência que promete aumentar se a Assembléia aprovar o plebiscito que vai definir a emancipação: as lideranças locais divergem com relação à sede. Uns pretendem que seja em Santa Cruz, onde se originou o movimento; outros, argumentam que deve ser em Barra do Riacho, onde está a sede da Aracruz Celulose.

Santa Cruz tem argumento histórico. Era a sede do atual município até 1948, quando a Câmara local decidiu permitir a mudança da sede da comarca para Sauaçú, hoje Aracruz. A questão causou polêmica e a mudança só foi realizada mesmo dois anos depois, e durante a noite, porque a população de Santa Cruz estava disposta a impedi-la.

Com a mudança a divisão territorial que hoje se pretende, passou a acontecer de fato, acentuando-se nos últimos anos com a implantação da indústria de celulose, apesar de não contribuir em muito em termos de ICM — como incentivo a exportação, a fábrica é isenta —, e responsável pela maioria dos empregos da região e responsável pelo pagamento de impostos indiretos.

Hoje boa parte dos recursos é aplicada no interior de Aracruz, o que gera queixas dos habitantes da orla. A divisão racial já existe: o interior de Aracruz é habitado, em sua grande maioria, por italianos. O litoral é bastante diversificado. Os caboclos predominam em Santa Cruz e Barra do Riacho, os negros e cafusos em Vila do Riachero, e uma população morena clara está situada entre Coqueiral e Barra do Sahi. Além disso, existem aldeias de índios tupiniquins em Caieiras Velha, Comboios e Pau-Brasil, e guaranis, em Nova Esperança.

A divergência e os desencontros entre os líderes do movimento existem. Para o ato público de hoje, o professor José Maria não havia sido comunicado. Mas acabou sendo, pelo presidente da Associação de Moradores de Santa Cruz, Sandro Faustino dos Santos, que defende seu distrito como sede do novo município. "Muita gente acha que aqui é o melhor lugar", garante ele.

O professor José Maria Coutinho concorda que "Santa Cruz jamais perdoou a transferência da sede", mas a quer em Barra do Riacho. Polêmico quando de sua passagem pela presidência da Associação Comunitária de Barra do Riacho, José Maria conseguiu, no distrito, algumas inimidades, que estão sendo esquecidas em função do movimento pela emancipação.

Coutinho prefere disparar flechas contra os inimigos do movimento. Autor do traçado do novo município, que praticamente divide Aracruz no meio, ele afirma que preferiu essa fórmula mais simples para que "não usem o argumento de que o atual município vai perder a sua continuidade territorial". E também desafia a "contratarem um economista, para fazer o cálculo na ponta do lápis", aqueles que dizem que Aracruz vai ser prejudicada economicamente com a separação.

Coutinho lembra o desprestígio político da orla, há 20 anos sem eleger um vereador, e não concorda com a argumentação do presidente da Assembléia Dilton Lyrio, de que a população não quer a emancipação. Concorda muito menos com o prefeito Primo Bitti, que, conforme Coutinho, "vai encerrar sua carreira política no quarto mandato, sofrendo o desprestígio de quem o município dividido e ser o responsável por uma possível derrota do PMDB na região".

Primo Bitti é outro personagem no elenco dos adversários da emancipação, basicamente situados no interior do município. Em recente entrevista a *A GAZETA ESTADUAL*, disse ser contra a emancipação porque ela traria sérios prejuízos econômicos para a sede e os distritos de Guarani e Jacupemba.

Ao estilo dos políticos antigos, ele preferiu classificar os líderes do movimento, Sandro Faustino dos Santos e José Maria Coutinho, de "agitadores. E lembrou que Sandro reside em Goiabeiras e está com seu mandato vencido há três anos na Associação de Moradores de Santa Cruz.

Sandro chegou a ser chamado à Justiça para explicar por que falava em nome de uma associação da qual não era mais presidente. Para desgosto do prefeito, a quem considera "desinformado", Sandro provou que havia sido reeleito para o cargo. Primo ainda acusa a dupla de emancipadores de querer "jogar a população local contra a prefeitura e deputados Dilton Lyrio e Heraldo Musso".

Para Primo Bitti, Faustino tem a ambição política de ser prefeito de Santa Cruz, enquanto José Maria — que já foi seu aliado no passado — tem a intenção de ser candidato a de utado estadual. E já ameaça usar a máquina administrativa do município para impedir que "estrangeiros" ocupem seu espaço político.

Já está usando. Sobre seus ombros pesa a acusação de perseguir e ameaçar de demissão servidores da prefeitura favoráveis à emancipação. Uma funcionária, a enfermeira Santana da Silva Cabideli, após subcrever o abaixo-assinado pelo desmembramento acabou enviando telegrama para Dilton Lyrio, informando ser contra a emancipação. Depois disso, a sua única declaração à imprensa foi para dizer: "Tenho minhas dívidas para pagar".

Outra funcionária também mandou telegrama a Dilton Lyrio, afirmando que como ela várias pessoas haviam sido enganadas, pois acreditavam que o abaixo-assinado destinava-se a atividades filantrópicas. Filantropicamente, Dilton Lyrio enviou os dois telegramas à Comissão de Justiça para serem anexados ao processo de emancipação.